

Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)

Manolo Florentino e Cacilda Machado

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: A alta taxa de mobilidade social tradicionalmente tem permitido aos brasileiros a possibilidade de transitar pelos diversos estratos sociais, tornando-os a todos sócios da contínua reprodução do “melting pot” racial; pela mesma razão, e a despeito das diferenças raciais, os brasileiros se comprometem com a reiteração da exclusão social. O presente trabalho procura capturar alguns aspectos deste peculiar movimento a partir do estudo do problema no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. Suas fontes básicas são cartas de alforrias dos cartórios da cidade no século XIX, os batismos de pessoas livres da Freguesia de Inhaúma—um conjunto de quase mil registros que indicam a presença, naquela localidade rural próxima à cidade, de uma expressiva população alforriada e de migrantes portugueses—, e entrevistas com migrantes portugueses no Brasil. Com este material conseguiu-se estabelecer alguns padrões que talvez possam ser generalizados para outras regiões brasileiras. Além disso, conseguiu-se detectar aspectos que contribuem para compreender a lógica da emigração portuguesa, além do estabelecimento de algumas relações entre esta lógica e a dinâmica da miscigenação brasileira. (*English abstract at end of article, p. 84*). © 2002 Portuguese Studies Review. All rights reserved.

Diz-se haver no norte de Portugal um rio cujas águas roubam a memória daqueles que se atrevem a cruzá-lo. Mesmo as legiões romanas o temeram e, após atravessá-lo, certo general teve de chamar pelos nomes os apavorados legionários que haviam empacado na margem oposta, para comprovar a sua sanidade. Não se sabe se o destemido conseguiu lembrar do próprio nome. Se o logrou, teve mais sorte do que muitos dos milhões de portugueses que por séculos emigraram para o Brasil e logo transformaram o passado em olvido.

De fato, a imigração de lusitanos em direção a esta parte da América nunca cessou. Confundiu-se com a conquista e a colonização, intensificou-se após a independência e adentrou o século XX. Não espanta que eles tenham formado o contingente mais numeroso dentre os grupos de imigrantes estabelecidos no Brasil—eram praticamente os únicos europeus a residir no país ao longo da época colonial e, de 1820 e 1972, um terço dos 5 milhões e seiscentos mil estrangeiros que chegaram eram portugueses, contra 29,0 % de italianos e 13,0 % de espanhóis, as duas nacionalidades mais representativas depois dos lusos.¹

Uma primeira e óbvia conclusão emerge destes números: a emigração portuguesa para o Brasil constituiu-se em um *fluxo contínuo* e de *natureza multissecular*. Logo,

¹ Herbert S. Klein, “A Integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no início do XX,” *Revista Brasileira de Estudos de População* (São Paulo) 6 (2): 20.

é legítimo admitir que a saída de lusitanos tenha assumido contornos estruturais à própria história de Portugal, e que a persistência do fenômeno ao longo de meio milênio seja suficiente para “contradizer qualquer tentativa de considerá-la como o reflexo de uma série de conjunturas não relacionadas entre si. Toda interpretação do fenômeno migratório português, ou qualquer uma de suas diferentes etapas, deveria, pois, tomar como ponto de partida essa mesma persistência.”²

Assumir ter sido a emigração um dado estrutural da história demográfica lusitana implica em indagar sobre as origens daqueles que partiam. A este respeito há certo consenso entre os estudiosos. Embora variando de acordo à época, desde o século XVI o migrante por excelência, aquele que se submetia aos rigores de uma travessia tão incerta quanto a futura vida no Brasil, provinha da região norte. Já no Quinhentos, quase metade dos portugueses processados pela Inquisição na Bahia e em Pernambuco eram naturais do Minho, cabendo um longínquo segundo lugar (15%) aos naturais de Lisboa. A julgar pelas listagens de habitantes, tal padrão ainda vigia no século XIX, pois, em 1801, 45% dos portugueses do sexo masculino estabelecidos na capitania de São Paulo eram minhotos, 20% provinham dos Açores, cabendo aos lisboetas apenas 16% do total.³ Portanto, nossa segunda conclusão é a de que a reiterativa emigração lusitana para o Brasil traduzia-se na sucessiva entrada de pessoas originárias do norte de Portugal.

Um último aspecto emerge quando se compara a quantidade de portugueses desembarcados durante toda a época colonial—meio milhão—com os quase dois milhões chegaram depois de 1822.⁴ Assim, as médias anuais de entradas de portugueses foram mais de sete vezes superiores depois da Independência comparativamente às vigentes durante a época em que os Brasil esteve submetido a Lisboa.⁵ Tomada em termos relativos (*i.e.*, relacionando as saídas com a própria população portuguesa), a emigração lusitana para o Brasil fez-se a taxas de 3.5/1000 antes da Restauração (1640), subiu para 4.0/1000 à época da mineração, caindo para 1.5/1000 ao longo da primeira metade do século XIX. A partir de 1850 as taxas assumiram contornos ascendentes, passando de 2.1/1000 para 7.0/1000 na época da Primeira Guerra Mundial.⁶ Logo, nossa terceira conclusão é que, embora a continuidade tenha sido um dos traços marcantes desta emigração, seu aumento foi flagrante na passagem do século XIX para o XX.

O presente trabalho procura avaliar a peculiar inserção dos imigrantes portugueses no Brasil a partir de dois estudos de caso. O primeiro tem por fonte básica os batismos de pessoas livres da Freguesia de Inhaúma (Rio de Janeiro), um

² Robert Rowland, “Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX),” in Antonio E. Roel, ed., *Emigración española y portuguesa a América* (Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Alberto, 1991), 137-8.

³ Cf. Ana Silvia Volpi Scott, *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)* (Guimarães: NEPS—Universidade do Minho, 1999), 36-7.

⁴ Sérgio D.J. Pena, *et al.*, “Retrato Molecular do Brasil”, *Ciência Hoje* 159 (2000):16-25.

⁵ Pena, “Retrato Molecular,” 22.

⁶ Scott, *Formas de união*, 35.

conjunto de quase mil registros relativos à primeira metade do século XIX, os quais apontam para a presença, naquela localidade rural próxima à Corte, de uma expressiva população de portugueses. O outro foi realizado mediante o uso de fontes de natureza diversa—inclusive um depoimento—acerca da trajetória de vida de alguns imigrantes de uma família do Norte de Portugal que, na primeira metade do século XX, estabeleceram-se na cidade do Rio de Janeiro. O estudo destes dois casos permitiu estabelecer algumas continuidades e dessemelhanças entre a dinâmica de inserção lusa no Brasil escravista e aquela observada na época pós-abolicionista. Em ambas as etapas, aqui e ali conseguiu-se pinçar aspectos que contribuem para compreender a lógica da emigração para os próprios portugueses, além do estabelecimento de algumas relações entre esta lógica e a dinâmica da miscigenação brasileira.

2.

A bordo do *H. M. S. Malabar*, inerte com seus 74 canhões na baía da Guanabara, o reverendo Pascoe Grenfell Hill enumerava o que mais vivamente o impressionava no Rio de Janeiro de 1842: “O intenso burburinho no cais, de barcos despejando passageiros ou suprindo-se; o mercado, ainda mais agitado e abarrotado, com sua profusão tropical de frutas e legumes...” Mas, “...acima de tudo, as diferentes tribos da raça humana, de toda as cores e feições, que se apinham.”⁷

O sentido do arremate se esclarece ao sabermos ter sido marcadamente negra a população descortinada pelos olhos do inglês. Também pudera: mais de 700 mil cabindas, rebolos, monjolos, minas, cassanges, quiloas, moçambiques e demais haviam desembarcado na Corte ao longo dos cinquenta anos anteriores. Embora o tráfico quase cessasse no início dos anos 30, o contrabando logo tornou-se tão comum a ponto de, nos anos 40, as importações alcançarem patamares iguais ou superiores aos de antes. Enquanto o reverendo Hill escrevia, talvez fossem escravos dois entre cada três habitantes da Corte.⁸ Logo, é possível que as “cores” e “feições” de seu texto se referissem sobretudo aos cativos—*i.e.*, à população africana (majoritária) e afro-descendente escravizada—, mas também aos chamados “homens livres de cor.”

A presença da população livre de origem africana, negra ou mulata, está muito bem documentada nos livros da Igreja Católica. Por exemplo, no livro de batismos das pessoas livres de Inhaúma. uma freguesia do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.⁹

⁷ Pascoe G. Hill, *Fifty Days on Board a Slave-Vessel* (Baltimore: Black Classic Press, 1993), 2.

⁸ Cf. Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850* (Princeton: Princeton University Press, 1987), 61; Leslie Bethell, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil* (São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1976), 366-76; David Eltis, “The Nineteenth-Century Transatlantic Slave Trade: An Annual Time Series of Imports into the Americas Broken Down by Region,” *Hispanic American Historical Review* 67 (1) (1987): 109-38; e Manolo Florentino, *Em costas negras (uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos 18 e 19)* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), 51.

⁹ Trata-se de um conjunto de 863 registros. Retirou-se do conjunto dos registros os batismos de escravos e de alforriados de pia, pois em geral tais registros estão adjudicados a livros próprios de batismos de escravos. Subtraíu-se também os registros (poucos) de batismos de adultos—eram poucos e podiam distorcer os padrões que se buscava, por exemplo no que tange às taxas de masculinidade da população de batizados.

O pároco de Inhaúma mostrava-se mais cioso do que a maioria de seus pares e permitia-se registrar o nome dos pais amancebados—e em pecado, pois—quando eles compareciam à igreja para reconhecer seus filhos. Daí podermos hoje conhecer a família de Joaquim José. A “pardinha” Lucinda foi batizada em abril de 1830, na sua presença e na da mãe, a liberta Romana Bernardina da Conceição. Trata-se de uma família constituída fora do domínio da Igreja Católica. A despeito de ser solteiro, Joaquim, “preto”, fez questão de reconhecer e batizar a menina, tal como fizera dois anos antes com Leonidia, também filha sua com Romana. O pesquisador de hoje poderia concluir ter a mancebia contribuído muito menos para a ilegitimidade infantil do que os inúmeros pais cujos parceiros estavam efetivamente ausentes das fontes, como mostra a Tabela 1. É possível que semelhante conclusão se aplique a inúmeras regiões brasileiras. Mas ao menos para o caso de Inhaúma, contentar-se com ela, pode, como se verá, elidir faces fundamentais da sociedade escravista em questão.

Tabela 1: Distribuição (%) dos batizados (por sexo, de acordo grau de legitimidade), e de seus pais (de acordo ao estado matrimonial)—Inhaúma (RJ), 1807-1841

Legitimidade dos Batizados				
Sexo	# de Crianças	% de Legítimos	% Ilegítimos Consensuais(b)	% de Ilegítimos
M	421	69.6	7.6	22.8
F	439	70.8	5.2	23.9
Indeterminado(a)	3	100	-	-
Total	863	70.3	6.4	23.3
Estado Matrimonial dos Pais				
	Pais	%	Mães	%
Casados(c)	286	90.8	286	59.9
Permanentemente Amancebados	25	7.9	25	5.2
Permanentemente Solteiros	4	1.3	167	34.9
Total	315	100	478	100

(a) - trata-se de três crianças cujo nome (e, portanto, o sexo) não pode ser determinado

(b) - trata-se de filhos de uniões consensuais cujos pais podiam ou não se casar em algum momento de sua união

(c) incluí os pais e mães de filhos ilegítimos que depois se casaram

Fonte: *Livro de Batismos de Livres de Inhaúma (1807-1841)*, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Apesar do invulgar procedimento do pároco, as crianças de Inhaúma apresentavam índices de legitimidade semelhantes ao de muitas outras partes do

Brasil. Como mostra a Tabela 1, sete a cada dez crianças haviam sido geradas no seio de uniões que, juntando brasileiros entre si, estes com estrangeiros, negros com brancos, e mesmo escravos com mulheres forras, tinham em comum a benção da Igreja Católica. É um perfil de legitimidade bastante baixo, quando comparado ao das populações livres do Ocidente. Embora não seja possível mensurar com exatidão a envergadura da ilegitimidade colonial, é dado como certo pelos especialistas a sua significativa recorrência entre os homens livres.¹⁰ Na paróquia de Jacarepaguá (RJ), na segunda metade do século, XVIII, cerca de 17% dos nascimentos eram de crianças ilegítimas (e quase a metade das mães eram ex-escravas).¹¹ O índices de ilegitimidade eram mais altos ainda nas Minas Gerais, à mesma época. Na Vila Rica de todas as conspirações, por exemplo, dois entre cada três livres eram ilegítimos.¹² Sabe-se também, através das Devassas eclesiásticas realizadas em 1813, em doze freguesias do sul da Bahia, que as acusações referentes aos desvios na vida familiar representavam dois terços do total de 596 denúncias investigadas. Mais da metade das acusações circunscritas a este tópico referiam-se a situações de concubinato envolvendo pessoas de todos os estatutos jurídicos.¹³

Vários fatores tornavam altas as taxas globais de ilegitimidade colonial. Alguns autores percebem no problema o lugar particular ocupado pela população pobre no Brasil, à margem de bens e ofícios, andarilhos de um mundo instável e precário.¹⁴ Outros alertam para a escassez de padres e para os elevados custos do matrimônio, que tornavam este tipo de sacramento acessível apenas aos estratos mais bem aquinhoados da Colônia.¹⁵ Em definitivo, porém, havia a singular dinâmica da escravidão, que estava sempre a incorporar ao mundo dos livres pessoas há pouco tempo apresentadas a Jesus, *i.e.*, africanos.

Outro aspecto importante desvelado pela Tabela 1: enquanto 90% dos pais eram casados pela Igreja Católica, apenas seis entre cada dez mães encontravam-se nesta situação—e para 1/3 delas os possíveis parceiros eram totalmente ausentes das fontes. Ora, uma vez tomada a decisão de batizar o filho bastardo, a ida da mãe à igreja era compulsória, ao passo que para seu parceiro, quando existente, tratava-se de uma opção. Logo, a própria natureza da fonte ajuda a entender a discrepância observada quanto ao estado matrimonial de homens e mulheres, já que implicava na sub-enumeração dos primeiros.

A análise da condição jurídica de pais e mães revela que as mulheres alforriadas correspondiam a 30% de todas as mulheres que levaram filhos à pia batismal, e que 10% dos pais também pertenciam à mesma categoria (*cf.* Tabela 2). Eis uma forte indicação da alta presença de ex-escravos na população livre de Inhaúma. A fonte

¹⁰ *Cf.*, por exemplo, Maria B. N. da Silva, *Sistema de casamento no Brasil colonial* (São Paulo: EDUSP, 1984); e Ronaldo Vainfas, *Trópico dos pecados* (Rio de Janeiro: Campus, 1988).

¹¹ Renato P. Venâncio, “Nos limites da sagrada família: Ilegitimidade e casamento no Brasil colonial,” in Ronaldo Vainfas, org., *História da sexualidade no Brasil* (Rio de Janeiro: Graal, 1986), 107-123.

¹² Iraci del Nero Costa, *Vila Rica: População (1729-1826)* (São Paulo: FIPE/USP, 1979), 227.

¹³ *Cf.* Luiz Mott, *Escravidão, homossexualidade e demonologia* (São Paulo: Ícone, 1988), 52 e sgts.

¹⁴ *Cf.* Vainfas, *Trópico*, 86-7.

¹⁵ C. R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000), 191; Silva, *Casamento*, 55.

também indica que estas forras contribuíam para a ilegitimidade de forma bastante diferenciada das mães livres.

Tabela 2: Distribuição (%) dos pais, de acordo à condição jurídica, Inhaúma (RJ), 1807-1841

	Escravos	%	Forros	%	Livres	%	Total	%
Pais	2	0.7	30	10.3	258	89	290	100
Mães	-	-	135	29.8	318	70.2	453	100
Total	2	0.3	165	22.2	576	77.5	743	100

Fonte: *Livro de Batismos de Livres de Inhaúma (1807-1841)*, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Apenas 1/5 das mães cuja condição jurídica era livre, era também mãe solteira, como Luiza Angélica de Jesus Tavares, que batizou dois filhos (Amélia e Ignácio), na década de 1830. O mais recorrente eram as uniões abençoadas pela sanção eclesiástica. O perfil das forras era, ao contrário, radicalmente distinto: 2/3 das mães libertas eram solteiras, sem parceiro declarado e anotado pelos padres.

Existia uma forte endogamia segundo o estatuto jurídico das pessoas, especialmente quando se tratava de indivíduos que haviam nascido livres—90% dos casos, sobretudo de mulheres. Quanto aos forros, cerca de 2/3 dos casamentos e relações consensuais uniam homens e mulheres libertos. O outro terço era de mulheres desta condição que se casavam com homens livres, mas, às vezes, também com escravos. Não há sequer um caso de homem forro casado com mulher livre. É possível que essas mulheres forras tenham contribuído mais ao processo de miscigenação do que a mulher escrava e, certamente, de modo intrinsecamente distinto. Pois não é implausível que a violência, derivada da própria subordinação jurídica, assumisse no intercurso entre uma escrava e o seu senhor um peso maior do que o porventura existente na relação entre uma mulher forra e um homem livre.

A mulher forra era o exemplo mais recorrente de mobilidade social e de miscigenação. Fazia circular valores, símbolos e práticas próprias da Casa Grande e da Senzala, amalgamando-os. Era a própria herança escrava e africana, lançada ao mundo dos homens livres pelas senzalas (ou nelas capturadas, a bem dizer). Os vínculos da forra com a África, e com a escravidão, haviam de permanecer, pois certamente possuía parentes escravos—o tio, a mãe, o pai, o filho, o marido (quantas dessas mães forras solteiras não eram exemplos de uniões consensuais estabelecidas com escravos, quando ainda eram cativas?). E porque, afinal, nascera escrava, filha de uma família escrava. A mulher liberta trazia da escravidão para o meio dos livres também a mancebia, e se fazia acompanhar, na fonte, de outros escravos: a maioria das mães permanentemente solteiras não apenas eram forras, como também tinham, por padrinhos e madrinhas de seus filhos, majoritariamente, ex-escravos e cativos—*cf.* Tabela 4.

Tabela 3: Distribuição (%) dos pais casados e amancebados, de acordo à condição jurídica, Inhaúma (RJ), 1807-1841

a - casados e amancebados

Homens				Mulheres			
	Escravas	Forras	Livres		Escravas	Forros	Livres
Escravos	-	100	-	Escravas	-	-	-
Forros	-	100	-	Forras	4	69	27
Livres	-	5	95	Livres	-	-	100

b - casados

Homens				Mulheres			
	Escravas	Forras	Livres		Escravas	Forros	Livres
Escravos	-	100	-	Escravas	-	-	-
Forros	-	100	-	Forras	11	81	13
Livres	-	2	98	Livres	-	-	100

c - amancebados

Homens				Mulheres			
	Escravas	Forras	Livres		Escravas	Forros	Livres
Escravos	-	-	-	Escravas	-	-	-
Forros	-	100	-	Forras	-	33	67
Livres	-	38	62	Livres	-	-	100

Fonte: *Livro de Batismos de Livres de Inhaúma (1807-1841)*, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 4: Distribuição (%) dos padrinhos e madrinhas, de acordo à condição jurídica dos mesmos e do estado matrimonial dos cônjuges, Inhaúma (RJ), 1807-1841

	Condição Jurídica dos Padrinhos			Condição Jurídica das Madrinhas		
	Escravos	Forros	Livres	Escravas	Forras	Livres
Filhos de Pais Casados(a)	27.3	36.2	73.6	50	28	80.9
Filhos de Pais Permanentemente Amancebados	18.2	10.6	5.2	-	16	2.8
Filhos de Pais Permanentemente Solteiros	54.5	53.2	21.2	50	56	16.3
Total	100	100	100	100	100	100

(a) inclui os pais e mães de filhos ilegítimos que depois se casaram

Fonte: *Livro de Batismos de Livres de Inhaúma (1807-1841)*, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 5: Distribuição (%) dos batizados (por sexo, de acordo grau de legitimidade), e de seus pais portugueses (de acordo ao estado matrimonial) - Inhaúma (RJ), 1807-1841

Legitimidade dos Batizados					
Sexo	# de crianças	% de Legítimos	% Ilegítimos Consensuais(b)		% de Ilegítimos
M	71	97.2	2.8		-
F	65	96.9	3.1		-
Total	136	97.1	2.9		-
Estado Matrimonial dos Pais					
		Pais	%	Mães	%
Casados(c)		56	94.9	11	100
Permanentemente Amancebados		3	5.1	-	-
Permanentemente Solteiros		-	-	-	-
Total		59	100	11	100

Fonte: *Livro de Batismos de Livres de Inhaúma (1807-1841)*, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

O livro de batismos da rural Inhaúma também documenta uma razoável população européia, algo em torno de 15% dos pais livres, praticamente todos nascidos em Portugal. Diante da fluidez assumida pelas categorias relativas à cor em nossa história, trata-se do único grupo formado sem sombra de dúvida por "brancos". Acompanhá-lo pode oferecer algumas importantes informações acerca da dinâmica que nos fez tão fortemente miscigenados.

Os europeus de Inhaúma provinham sobretudo do norte de Portugal e das ilhas do Atlântico, do Douro e do Minho, dos Açores e da Madeira. A migração estava marcada, por um notável predomínio masculino: nada menos do que nove entre cada dez anotados no livro eram homens. Tratava-se de um padrão nada peculiar: fora assim, desde o início da colonização.¹⁶

As mulheres portuguesas não casavam com homens brasileiros. Em termos gerais, ou bem elas desembarcavam no Brasil com os seus cônjuges (o que parece ter sido o caso sobretudo daquelas provenientes das ilhas do Atlântico e do Algarve), ou, quando vinham solteiras, uniam-se quase que exclusivamente a seus próprios compatriotas. O comportamento radicalmente endogâmico as transformava em instrumentos de manutenção e afirmação de uma identidade o mais lusitana possível nos trópicos. Esta podia expressar-se tanto em esferas por muitos sempre referidas—como a culinária—, quanto principalmente no fervor com que assumiam as práticas católicas. Eis aqui um importante elemento explicativo de um traço que distinguia fortemente os rebentos dos portugueses de Inhaúma: os seus altos graus de legitimidade. Em um perfil bastante distante do prevalecente entre outras mulheres, não havia mães solteiras entre as portuguesas da freguesia fluminense. Sequer as havia amancebadas, pois, de acordo aos registros de batismos, nenhuma mãe lusa prescindia do sancionamento da igreja católica para a consecução de seu matrimônio (*cf.* a Tabela 5).

Quanto aos homens portugueses, grande parte se casava com mulheres brasileiras de primeira geração, isto é, cujos pais haviam nascido em Portugal, sobretudo no norte do país. Isto significa que havia uma certa ordenação na busca por mulheres por parte dos patrícios d'além mar. Eles eram seletivos, quando o assunto era casamento: buscavam portuguesas até onde estas fossem disponíveis, partiam para as brasileiras brancas descendentes de imigrantes lusos recentes, e, por fim, para as brasileiras brancas de longínqua ascendência lusitana. Mas o homem português casava com mulheres portuguesas e brasileiras, livres e brancas, mas também casava com mulheres alforriadas, pardas e negras. Não se furtava a relacionar-se com mulheres de cor, com escravas—cujas provas, os rebentos pardos e mulatos, podem ser encontradas a rodo nos livros de batismos de escravos e nos registros de alforrias—, mas sobretudo com algumas mulheres que apenas haviam saído do cativo.

Na verdade, não era tão incomum casos como o de Domingos da Costa, natural de Braga, casado com a parda forra Joaquina Roza Viana (natural de Inhaúma), que por duas vezes, em 1822 e em 1825, levou à pia batismal os filhos de ambos—um dos quais, a pequena Guilhermina, tinha Nossa Senhora por madrinha. Ou ainda o de Manuel Nunes Cordeiro, da Ilha do Faial, amancebado com a parda forra Maria

¹⁶ *Cf.* Boxer, *Idade de ouro*.

Rosa, que em 1817 batizou Nicalio, tendo por padrinho Bonifácio Jesus e por madrinha Nossa Senhora. No total, ainda de acordo aos registros, quase 10% dos pais portugueses de Inhaúma casavam ou, minoritariamente, apenas viviam com mulheres pretas ou pardas, a maioria das quais forras.

3.

Passemos à migração portuguesa posterior à etapa escravista, quando foram alcançadas as maiores médias anuais de entradas de toda a história desse longo movimento. Um primeiro e importante aspecto: embora Portugal tenha contribuído com o maior contingente de imigrantes estabelecidos no Brasil, neste período a chegada de lusitanos revestiu-se de menor impacto do que na época da escravidão, sobretudo em função do caráter marcadamente regionalizado e urbano da nova leva de imigrantes.¹⁷ Contudo, e até por isso, em algumas das maiores cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, a presença portuguesa determinou transformações demográficas, econômicas e culturais relevantes.

Os portugueses eram o grupo estrangeiro dominante no Rio de Janeiro. Em 1872, dois terços dos imigrantes do então Distrito Federal eram lusitanos, e o censo de 1890 mostrou que, além de constituírem a mais antiga comunidade estrangeira da cidade, mais da metade de seus membros chegara a apenas dez anos. Se no início do século XIX o Rio de Janeiro era, no dizer de Mary Karasch, uma cidade africana, em 1906 os portugueses constituíam a quinta parte da população carioca e 71% da população estrangeira da cidade. Em 1920, representavam 11% do total da população paulistana e 15% da carioca – juntas, estas cidades concentravam 51% dos nativos de Portugal residentes no Brasil e, considerada a população rural, os dois estados abrigavam 85% dos lusitanos do país. Esta tendência se incrementou até 1970.¹⁸

Estatísticas relativas aos anos de 1909 e de 1916 revelam que migravam portugueses de todos os estratos sócio-econômicos.¹⁹ Eis aí, talvez, uma importante diferença em relação à época da escravidão (especialmente antes de 1850), quando o alto custo do transporte funcionava como mecanismo seletivo da imigração, sem, porém, interditar por completo os desembarques de pobres. Mas, à semelhança do que certamente também ocorria na etapa escravista, os portugueses vinham impulsionados por algum laço social e geralmente eram amparados por migrantes mais antigos, por parentes e pela comunidade.²⁰ Quase a metade deles declararam-se trabalhadores agrícolas sem terra, pescadores, trabalhadores em indústrias rurais ou empregados domésticos. Muitos não resistiram às epidemias de febre amarela e de varíola, mas boa parte veio engrossar as fileiras do operariado urbano, tornando a força de trabalho ativa do Rio de Janeiro marcadamente portuguesa.

Eram estes imigrantes pobres—carregadores no porto, vendedores ambulantes etc.—os que iam às ruas atrás de seu ganha-pão, misturando-se aos nacionais e

¹⁷ Klein, “Integração social e econômica,” 20-2.

¹⁸ Klein, “Integração social e econômica,” 21, e Thomas Merrick e Douglas Graham, *População e desenvolvimento econômico no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981), 142. Cf. tb. Karasch, *Slave Life*.

¹⁹ Klein, “Integração social e econômica,” 25.

²⁰ Klein, “Integração social e econômica,” 18.

imigrantes de outras nacionalidades para definitivamente mudar a cara do Rio. Almejavam enriquecer para voltar para a *terrinha*, o que não raro os fazia remeter parte de suas economias para os parentes no torrão natal.²¹ Eram estes mesmos imigrantes pobres os fundadores e ativos participantes de entidades operárias, alguns forçados a retornar à pátria antes de completar o pé-de-meia—entre os 556 organizadores de entidades operárias expulsos do país de 1907 a 1921, os portugueses compunham um respeitável terço do total.²²

As estatísticas igualmente revelam que mais da metade desses imigrantes eram artesãos, trabalhadores em transporte e em comércio, funcionários públicos, profissionais liberais, e até mesmo uma minoria de proprietários rurais e capitalistas, comerciantes e industriais.²³ No Brasil aplicavam seu capital na compra de imóveis (no Rio, eram freqüentes os lusitanos donos de casas de aluguel), no estabelecimento de bares e restaurantes e na implantação de indústrias.²⁴ A maioria, de fato, ia trabalhar como empregados no comércio, caracterizando o que o senso comum fixou como a imigração de “caixeiros”.

A convivência com os brasileiros continuava ambígua como na época da escravidão. De um lado registrava-se a “marca” portuguesa no colorido cultural que caracterizaria as cidades brasileiras do pós-abolição e auge da imigração: a culinária à base de sopas, de “enchidos” de carne de porco (lingüiça, presuntos), de peixe e de vinho; os lusitanos bem sucedidos que lotavam o Teatro Municipal do Rio quando alguma companhia portuguesa se apresentava; a integração com a população nativa bem posta, como o escritor João do Rio que, dizia-se, não pagava em restaurante algum porque era o ídolo dos portugueses, em geral donos das casas desse gênero.

Por outro lado, igualmente forte era a tensão com a população brasileira, que ora os via como concorrentes, ora como inimigos do povo, sempre associando-os ao monopólio do comércio varejista em geral: “Os portugueses eram [...] acusados de explorar a população cobrando alugueis extorsivos e juros alucinantes sobre dinheiro emprestado, bem como roubando nos pesos e medidas das vendas, fretes, botecos, quiosques e casas de pasto. Caracterizados como intermediários, pesavam-lhes sobre os ombros a carestia e a vida surrada das camadas populares”.²⁵

Foi este o panorama geral com que Camilo Augusto Quadros se deparou ao desembarcar no Rio de Janeiro em 1910. Nascera em 5 de julho de 1895, na freguesia de Silva Escura (Aveiro, Portugal).²⁶ Era o caçula de Antônio Joaquim

²¹ S. Gladys Mata Galegos Ribeiro, *Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha* (São Paulo: Brasiliense, 1989), 17.

²² Klein, “Integração social e econômica,” *passim*.

²³ Devido a problemas políticos em Portugal (queda da Monarquia em 1910 e crise de instauração da república), alguns portugueses de boa situação financeira também emigram para o Brasil.

²⁴ As estatísticas confirmam a fama: já em 1856 e 1857, os portugueses eram donos de 35% dos estabelecimentos comerciais do Brasil e em 1892 o embaixador luso declarava orgulhoso que o comércio a varejo no Brasil era português. Cf. Klein, “Integração social e econômica,” 21.

²⁵ Ribeiro, *Conflitos de trabalho*, 8 e 13; cf. tb. o caso citado e comentado por Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e boteco* (São Paulo: Brasiliense, 1986), 9-33.

²⁶ Grande parte das informações sobre a família Quadros Corte Real foi obtida através de entrevista realizada com Dona Adriana, moradora do bairro carioca da Tijuca (Rio de Janeiro), em julho de 2000.

Quadros Corte Real e Emília Rosa de Jesus e tinha Rosa Adelaide e Avelino Augusto por irmãos. O pai, madeireiro e juiz de paz da câmara de Silva Escura, era adversário da monarquia, sobretudo em função do que a memória familiar caracteriza como sendo a vigência do sistema do morgadio. Sentira-se prejudicado pelo irmão mais velho, herdeiro da maior parte dos bens da família. Por isso, conta-se, um dia saíra de casa levando apenas uma cadeira e quantia irrisória em dinheiro. Levou o inconformismo ao extremo, pois fez questão de unir-se a uma mulher humilde e de não transmitir aos filhos o sobrenome Corte Real.²⁷

Muito jovem Camilo Augusto deixou Portugal. Aos 15 anos migrou para o Rio de Janeiro, trazido por um tio materno que migrara igualmente jovem e que se estabelecera na cidade como comerciante. Casado mas sem filhos, conta-se que numa visita a Portugal esse tio ouvira da mãe de Camilo comentários sobre as dificuldades de dar instrução ao rapaz. Propôs então que o sobrinho o acompanhasse, comprometendo-se a educá-lo.

Prometeu mas não cumpriu pois, conforme queixas do próprio Camilo, o tio sobrecarregava-o de trabalho—a documentação e a memória familiar confirmam a história. Não há indícios de que Camilo tenha estudado no Brasil e, em 1912, ao obter sua carteira de identidade, declarou-se *chauffeur* de taxi—profissão de toda a sua vida.²⁸ Um recibo de venda de automóvel nos faz saber que Camilo estacionava seu taxi na garagem de Cooperativa do Largo do Machado.

Em 26 de janeiro de 1918 Camilo casou-se com Rosalina Arêas. Tinha 22 anos de idade, um pouco mais do que ela, uma moça de 20 anos que nascera no Rio de Janeiro, filha de Luiz Gonzaga e de Maria Luiza Arêas. Rosalina provinha de família humilde, e não consta que fosse de origem portuguesa. Em fins de 1920 nasceu Sylvia, a única filha do casal.

Aos 40 anos, em 1935, Camilo retornou a Portugal para tratar da saúde. Chegou em Silva Escura em 7 de junho, hospedando-se na casa da irmã, Rosa. De lá remeteu inúmeras cartas à mulher e à filha. Lamentava sobretudo a impossibilidade financeira de trazê-las para junto de si, dava notícias do seu estado de saúde e discutia com a esposa problemas relativos à manutenção das duas no Rio de Janeiro.²⁹ Para a filha muitos denges e conselhos. Embora enfatizasse estar sendo muito bem tratado pelos parentes³⁰, nesta correspondência Camilo demonstrava ter sido um imigrante bastante bem integrado à cidade do Rio de Janeiro e aos amigos

Agradecemos Dona Adriana por se dispor a dar o depoimento, e pela simpatia e gentileza com que nos recebeu. Ela é filha de Rosa Adelaide e, portanto, sobrinha de Camilo Augusto. Somos gratos ainda aos professores da Universidade Estadual de Londrina, Alberto Gawryszewski e Gilmar Arruda.

²⁷ Rosa e Camilo jamais adotaram o sobrenome e Avelino adotou-o mais tarde, já adulto.

²⁸ Em 1926, inclusive, foi eleito e empossado membro do Conselho Deliberativo da União Beneficente dos *Chauffeurs* do Rio de Janeiro, para a gestão março de 1926 a outubro de 1927.

²⁹ Os meses seguintes à partida de Camilo parecem ter sido duros para Rosalina e Sylvia. Em suas cartas à esposa Camilo referia-se constantemente aos seus receios de que a família passasse por privações. Em carta de 29 de julho de 1935 Camilo escreve à esposa: “Meu amor então pegastes a roupa de D. Sylvia, e não alugas o quarto faz o que quizeres mas não vai te matar com trabalho por causa disso. Olha tua filha que só tem a nós e eu nada mais valo mas aqui ainda se tem o que vender para não se passar privações, apesar de agora não ser muito fácil mas se não dá diz”...

³⁰ Dona Adriana tinha apenas 7 anos quando seu tio hospedou-se em sua casa, mas lembra-se que gostava muito dele, pois era carinhoso e brincalhão, embora sentisse saudades imensas da filha.

e familiares que aqui fez, pois constantemente referia-se aos vizinhos e parentes da esposa.

Comentou em uma das cartas: “a vida aqui não é como dizem ahi, é bem dura e ai de quem não tiver dinheiro, principalmente morando nas aldeias...”.³¹ A vida em Portugal não devia estar fácil mesmo, como aliás lhe fora observado pela irmã, em uma carta remetida antes da viagem para Portugal: “...como já te tenho dito em varias cartas, a tua vinda aqui fica-te muito barata e ainda podes levar alguns contos para ahi comprares um prédio que te rende mais do que aqui.” Em nova carta, Rosa reclamava das restrições colocadas aos proprietários, as quais impediam maiores lucros. Encerrava afirmando: “estou muito desanimada, até nem durmo a pensar ao tempo que nós chegamos, nem sermos senhores das nossas propriedades... é pena”³²

Camilo faleceu em 26 de agosto do mesmo ano de 1935. Uma lesão cardíaca o matou, diz o atestado de óbito português. Sylvia tornara-se órfã de pai aos 14 anos e seguiu vivendo com a mãe—e provavelmente com mais alguns parentes maternos. Logo depois casou-se com Artur Mário Gawryszewski, descendente de poloneses. Tiveram 8 filhos.

É significativo que Sylvia, filha de um imigrante lusitano, tenha preferido homenagear um parente do lado materno por ocasião do nascimento de seu primogênito—a criança recebeu o nome de Luiz Gonzaga, o avô que ela não chegou a conhecer. O garoto faleceu prematuramente, mas Sylvia insistiu: para o segundo filho também escolheu Luiz Gonzaga por nome. Ela faleceu no final da década de 1970, e Artur Mário, o marido, no ano 2000.

A correspondência mantida entre Camilo e Rosa, antes da derradeira viagem a Portugal, revela mais sobre a vida dos outros membros da família Quadros. Mostra que as propriedades herdadas por Camilo e seus irmãos eram administradas por Rosa, que a eles regularmente prestava contas. Entretanto, os contatos não se restringiam aos negócios, e as cartas desvelam uma família carinhosa, empenhada, por exemplo, em viabilizar a ida e a estadia de Camilo para tratamento em Portugal. Revelam ainda não ter sido a migração um fato raro entre os Quadros.

Assim, além do tio que o trouxera para o Brasil, Camilo chegou a conviver no Rio de Janeiro com os irmãos e os sobrinhos. Seu irmão Avelino, ainda solteiro, veio para a cidade, estabelecendo-se como comerciante. Numa das idas a Portugal casou-se com Isolina, moça de Aveiro que nascera na Bahia no período em que sua família vivera no Brasil. Depois disso Avelino nunca mais voltou a morar em Portugal e seus três filhos (Amilcar, Zelinda e Zeida) nasceram e foram criados no Rio de Janeiro, assim como seus netos e bisnetos.

Rosa, irmã de Camilo e de Avelino, também residiu por algum tempo no Rio, pois seu marido era um imigrante de longa data. A memória familiar indica que Adriano Dias Cabral, o esposo, provinha de família fidalga do norte, embora arruinada. Seu pai, Francisco Dias Cabral, sentira-se preterido no momento da transmissão dos bens familiares por não ser o primogênito, e também revoltava-se com o sistema de morgadio. Adriano cresceu pobre mas tinha ambição—ainda menino fugiu para o Sul de Portugal, para trabalhar na colheita, de onde regressou

³¹ Carta de Camilo para Rosalina, de 5 de julho de 1935.

³² Carta de Rosa para Camilo, de 25 de fevereiro de 1935.

com uma viola e os bolsos cheios de dinheiro para a mãe. Jovem, namorava Rosa Adelaide às escondidas, pois a Antônio Joaquim Quadros Corte Real não animava muito a idéia de ver a filha casada com um pobretão. Adriano então resolveu migrar para o Rio de Janeiro, prometendo voltar rico para casar-se com Rosa. Partiu sem saber que a deixara grávida. Não pode ver como a determinada Rosa enfrentou o pai e a aldeia para, sozinha, dar à luz a uma menina, Lucila Adelaide, depois conhecida por Lila.

Uma vez estabelecido no Rio de Janeiro, Adriano tornou-se próspero, comerciando aves e ovos no Largo do Capim.³³ Quando Lila já era uma adolescente, ele voltou a Silva Escura, soube da filha e pediu Rosa em casamento. Já casados vieram para o Rio, onde nasceu Adriana (em 1928) e onde Lila conheceu Ramiro—um jovem comerciante carioca, filho de portugueses do Norte, com quem logo se casou. Após o nascimento de Adriana a família retornou a Silva Escura.³⁴ Adriano queria voltar apenas por algum tempo para construir casa em Silva Escura, e só mais tarde ali estabelecer-se em definitivo. Mas faleceu prematuramente em 1930, cabendo a Rosa terminar a obra. Em seguida pediu a Lila e ao genro que viessem a Silva Escura, para ajudá-la no gerenciamento dos bens familiares.³⁵

Teve sorte, pois Ramiro, desgostoso devido a um desfalque, fora obrigado a fechar seu comércio no Rio e decidiu aceitar o convite da sogra. Partiu com Lila, já levando uma filha—Lígia (Elza, a segunda filha, nasceu logo depois em Silva Escura). Mas Ramiro não perdeu contato com o Rio de Janeiro. Numa carta remetida a Camilo, Rosa mencionava a possível ida do genro ao Rio, “*com Lila e as crianças*”, a fim de visitar os pais e irmãos. Outra carta afirmava que Ramiro regularmente recebia jornais do Rio. Algum tempo depois da morte de Camilo, Rosa mais uma vez viajou para o Brasil, ocasião em que Ramiro e Lila também já estavam de volta. De fato, ao longo de suas vidas, o casal alternou residência em Silva Escura e no Rio. Ambos, porém, faleceram no Brasil, onde até hoje vivem os seus descendentes.

A outra filha de Rosa, Adriana, casou-se em Portugal com Rui Manoel Nunes de Almeida, um jovem médico, lisboeta de origem, mas nascido em Moçambique.³⁶ O matrimônio realizou-se em Lisboa, onde o casal viveu por algum tempo. Depois estabeleceram-se em Moçambique, de onde Adriana saía apenas para dar a luz a seus filhos. Quando o marido voltou a Lisboa para fazer o curso de especialização em patologia clínica, Adriana transferiu-se para o Brasil, pois sua mãe, a irmã, o cunhado e as sobrinhas viviam no Rio de Janeiro há alguns anos.³⁷ Ao fim de seus

³³ Região atrás da Candelária, hoje Avenida Presidente Vargas. Era local de concentração de comércio de portugueses.

³⁴ Em carta ao irmão, em 1935, Rosa comenta sobre sua experiência de viagem do Rio para Lisboa, quando ficamos sabendo que viajara na terceira classe, onde tudo que precisasse era gratuito.

³⁵ Nesta época, segundo Dona Adriana, Antonio Joaquim Quadros Corte Real já havia falecido e Emilia Rosa morreu meio ano depois de Adriano. Os filhos (Rosa, Avelino e Camilo) herdaram muitas terras, principalmente pinhais. Eram pequenas propriedades espalhadas pela região que, se unidas, equivaleriam a um imenso latifúndio.

³⁶ Era filho de um jornalista republicano que, após alguns de prisão política, exilou-se em Lourenço Marques (atual Maputo), estabelecendo-se como livreiro.

³⁷ Segundo Dona Adriana, sua mãe Rosa estabeleceu-se definitivamente no Brasil aos 72 anos.

estudos, Rui, Adriana e os filhos voltaram para a África mas, por receio da instabilidade política de Moçambique, o casal resolveu estabelecer-se definitivamente no Rio de Janeiro em 1967. Atualmente Adriana é viúva e reside no Rio. Seu marido faleceu em meados da década de 80 e os filhos e netos do casal vivem no Rio de Janeiro. De fato, todos os descendentes de Joaquim Antônio Quadros Corte Real hoje vivem no Brasil.

4.

Os batismos de Inhaúma mostram que durante a primeira metade do Oitocentos os imigrantes portugueses provinham sobretudo das províncias do Norte (Minho, Porto, Beira Litoral, Trás os Montes e Beira Alta) e das ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira. As origens dos membros da família Quadros confirmam a permanência de semelhante padrão depois da independência.³⁸ Tratava-se de uma imigração que sempre dependeu menos das conjunturas brasileiras e dos subsídios oficiais do que das condições estruturais destas regiões portuguesas: *históricas altas taxas de fecundidade, predomínio de pequenas propriedades, heranças com partilhas estritas e redes de relações sociais fortemente estruturadas*. Estas foram pressões constantes, garantindo a manutenção do fluxo migratório mesmo nos bons períodos da economia lusitana.³⁹ Tal opinião é compartilhada por Boxer, que anotou ser o Minho “a província mais bem cultivada, mas com território insuficiente para manter a densa população fornecida por suas mulheres excepcionalmente fecundas. E várias ilhas do Atlântico possuíam, inevitavelmente, mais habitantes do que poderiam manter de maneira adequada.”⁴⁰

Na verdade, até bem pouco tempo imaginava-se que a chamada “transição demográfica” daria conta da contínua emigração de europeus para diversas partes do globo, especialmente para as Américas. De acordo a essa perspectiva, antes de meados do século XVIII as sociedades européias estariam em estado de equilíbrio demográfico—*i.e.*, seriam marcadas por altas taxas de fecundidade e de mortalidade. Com as mudanças advindas da passagem do século XVIII para o XIX a mortalidade começou a declinar, o que também afetou a fecundidade, porém com atraso relativo. Daí resultaria um rápido crescimento demográfico, e somente com a intensificação da industrialização—e a concomitante demanda por famílias menores—é que mortalidade e fecundidade tenderiam a novamente se equilibrar.⁴¹

A emigração portuguesa evidentemente não se adequa por completo a este quadro. Bem antes da transição demográfica o império ultramarino tornara-se uma realidade e com ele a possibilidade de, em mais de um sentido, reproduzir a tradicional sociedade portuguesa, especialmente a do norte. Sabe-se que ali os sistemas demográficos estariam baseados na família troncal, com baixos níveis de nupcialidade, elevadas idades médias no casamento (entre 25 e 28 anos), além de altos níveis de celibato definitivo. O sul, por sua vez, em especial a região do

³⁸ Klein, “Integração social e econômica”; *cf. tb.*, Caroline B. Brettell, *Homens que partem, mulheres que esperam* (Lisboa: Dom Quixote, 1991), 90 e sgts.

³⁹ Klein, “Integração social e econômica,” 18.

⁴⁰ Boxer, *Idade de ouro*, 35.

⁴¹ *Cf.* Scott, *Formas de união*, especialmente 23-42.

Alentejo, seria marcado por um panorama oposto—alta nupcialidade, baixas médias de idade de acesso ao matrimônio (por volta dos 20 anos), altas taxas de fecundidade e sistemas familiares de natureza neolocal.

A envergadura e a forma assumida pela emigração setentrional para o império ultramarino seria a um só tempo uma das causas e, ainda, uma das conseqüência deste sistema diferenciado. A saída sobretudo de homens, por exemplo, alteraria fortemente a estrutura do mercado matrimonial, limitando as oportunidades de casamento para as mulheres que permaneciam em seus locais de origem. A nupcialidade diferenciada, por sua vez, estaria estruturalmente unida a formas muito particulares de propriedade e distribuição da terra (parcelas muito pequenas e propriedade altamente fragmentada), bem como os mecanismos de sua transmissão de uma geração para outra. Assim, emigração e sistemas agrários locais manteriam uma relação estreita, surgindo um como possibilidade dialética para a emergência do outro.⁴²

Silvia Volpi Scott demonstra como os tradicionais sistemas troncais se interrelacionam com a forte emigração. Nestes sistemas, os mecanismos de herança privilegiam um dos herdeiros, o qual em princípio deve casar para manter e reproduzir a unidade produtiva. Em um contexto de predomínio de pequenas parcelas, ademais superpopuloso, as práticas de heranças procuram prevenir a possibilidade (sempre tangível) de uma excessiva fragmentação da terra—o que no limite levaria à sua desapareção enquanto patrimônio familiar e, pois, do próprio grupo parental. Mediante a emigração lograva-se um equilíbrio entre o crescimento populacional e os recursos existentes, especialmente em um contexto jurídico baseado em um sistema igualitário de heranças. Por outro lado, a saída de homens era uma oportunidade de permitir aos herdeiros na prática preteridos fugir ao controle e autoridade do privilegiado no processo de transmissão (a outra possibilidade era a entrada na vida religiosa, mas em todo caso ficar quase sempre significava ter de abraçar o celibato definitivo).

Porém não eram desprezíveis as causas da atração, já antiga, dos portugueses pelo Brasil. Em um de seus escritos, Boxer reproduz o seguinte comentário de Gaspar Dias Ferreira, em 1645: “Portugal não tem outra região mais fértil, mais próxima, nem mais freqüentada, bem como não encontram seus vassallos melhor e mais seguro refúgio do que no Brasil. O português atingido por qualquer infortúnio para lá emigra.”⁴³ Ademais, a colônia tinha, na Europa, a fama de ser um local onde a longevidade era comum. Dois séculos mais tarde o Brasil continuava atrativo: do início do século XIX até a década de 1950, mais de quatro quintos de todos os emigrantes lusos que saíram legalmente de seu país vieram para esta parte da América.⁴⁴

⁴² Scott, *Formas de união*, 39-41.

⁴³ Boxer, *Idade de ouro*, 35.

⁴⁴ Cf. Klein, “Integração social e econômica,” 17. Esse sistemático e secular movimento populacional teve profundo impacto sobre a população e a economia de Portugal. Estima-se que entre 1886 e 1969, só a emigração legal absorveu no mínimo 50% do excedente de nascimentos em relação às mortes da população residente naquele país. Além disso, a repatriação de poupança feita no Brasil foi um importante fator no crescimento da economia lusitana. Calculou-se que nas duas primeiras décadas deste século, a poupança de origem brasileira remetida para a terra natal por estes imigrantes oscilou entre 3,6

O destino destes migrantes esteve em muito determinado pelo movimento que originou a saída de Portugal. Por exemplo, os portugueses no exterior seriam uma população etária e sexualmente desequilibrada, com amplo predomínio de homens adultos, o que ensejaria opções de vida muito distintas das de outras populações que também emigraram. Deste modo, viu-se o quanto eram matrimonialmente seletivos os lusitanos de Inhaúma em sua busca por casar-se com mulheres portuguesas. Entretanto, devido à exiguidade de patrícias, logo uniam-se às brasileiras livres e brancas, e ainda a mulheres alforriadas, pardas e negras. O mesmo pode ser detectado na capitania de São Paulo onde, do início do século XIX, 97% dos homens nascidos em Portugal estavam casados com mulheres brasileiras.⁴⁵ É possível que muitos lusitanos, aferrados à manutenção da opção por conterrâneas mas, ao mesmo tempo, defrontados com a sua escassez relativa, optassem pelo celibato—situação comum a 1/3 dos portugueses residentes em São Paulo na época indicada e que, provavelmente, abarcava semelhante proporção dos lusos de Inhaúma durante a primeira metade do século XIX.

Mas a questão é um pouco mais complicada, pois as estatísticas revelam que os portugueses casavam-se menos com brasileiras do que quaisquer outros europeus dos grupos mais numerosos. No Rio, entre 1870 e 1916, 51% dos portugueses que casaram o fizeram com uma parceira lusitana, taxa superior às dos italianos e dos espanhóis, de 50% e 47% respectivamente. Mais contundentes ainda eram os índices das portuguesas, 84% das quais unidas a portugueses, contra taxas de endogamia de 64% das italianas e de 52% das espanholas.⁴⁶

Comparadas ao panorama observado para a freguesia de Inhaúma, estas cifras sugerem que, a partir de meados do século XIX, as taxas de endogamia de lusitanos (sobretudo as das mulheres) tenderam a declinar. Os membros da família Quadros podem ser encarados como exemplos típicos desta transição rumo à abertura, mas não permitem elidir o dado básico: os portugueses foram os que mais mantiveram o padrão endogâmico dentre os principais grupos de imigrantes. Em São Paulo, entre 1934 e 1946, a taxa de endogamia masculina dos portugueses era de 32% e a feminina de 57%—maiores do que a dos italianos e espanhóis—, o mesmo ocorrendo no Rio de Janeiro.⁴⁷ Além disso, havia entre eles um grande número de celibatários, mesmo após anos de estabelecimento no país.

É surpreendente o fato de que a abertura matrimonial dos portugueses fosse menor do que a observada entre os italianos e espanhóis, sobretudo quando se considera que, de todas as levas imigratórias para o Brasil, era entre eles que se detectava a maior proporção de homens adultos solteiros, para não falar da familiaridade cultural historicamente gestada entre os dois países. Hebert Klein

a 4,2 milhões de libras esterlinas anuais. A maior parte desses recursos foi para parentes das províncias do Norte e teve um papel crucial na monetização da terra e na construção rural, bem como na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial (Klein, “Integração social e econômica,” 33).

⁴⁵ Scott, *Formas de união*, 42.

⁴⁶ Klein, “Integração social e econômica,” 27-8. Por certo, a alta desproporção entre os sexos, em prol dos homens, beneficiava as mulheres, que tinham mais chances de encontrar em seu próprio grupo de patrícios os possíveis parceiros conjugais (Cf. Maria Silvia C. B. Bassanezi, “Família e emigração internacional no Brasil,” *Estudos de história* 6 (2) (1999): 163-91.

⁴⁷ Klein, “Integração social e econômica,” 28.

credita tal comportamento à constância do fluxo imigratório e, mesmo, à problemática integração social com uma população que crescentemente desprezava-os por serem imigrantes pobres. Graham e Merrick reputam o fenômeno a um provável padrão transitório de migração de retorno.⁴⁸ Alencastro sugere ainda uma terceira e menos plausível explicação: a inexistência de tratados internacionais, completos e consolidados, sobre a herança de estrangeiros, determinou que os portugueses aqui estabelecidos, mas submetidos a casas comerciais lusitanas, evitassem casar e ter filhos com brasileiras.⁴⁹

5.

É curioso como a memória coletiva (no caso, a memória familiar, através de Dona Adriana) por vezes explica determinados processos de um modo muito próximo ao dos estudiosos. Em nosso caso, a informante da história de Camilo e de seus parentes alertou para a enorme quantidade de imigrantes providas do Norte de Portugal, arrematando: aquela era uma região de pequenas propriedades e o sul basicamente de latifúndios; logo, no norte, quem não herdava terra tinha que sair—embora também contasse a vontade de ganhar dinheiro e de ascender socialmente—, enquanto no sul os latifundiários mantinham os trabalhadores definitivamente estabelecidos em suas propriedades.

O primeiro aspecto a observar é que as biografias dessas pessoas de certa forma confirmam tal explicação, pois se os deserdados (os avós de Dona Adriana) não vislumbravam o Brasil como opção para suas vidas, seus filhos (Camilo, Avelino e, pelo outro lado, Adriano) o fizeram. As referências, nas cartas trocadas entre Rosa e Camilo, acerca da baixa lucratividade e das dificuldades de gerenciamento dos negócios bem como da dura vida nas aldeias portuguesas apontam para o que seria uma falta de horizontes para os jovens no período de transição da monarquia para a República. A explicação de que Camilo teria vindo para o Rio a fim de viabilizar seus estudos reforça esta idéia. É como se simultaneamente aos fatores estruturais (o regime de pequenas propriedades, a alta fecundidade) também atuasse

⁴⁸ Merrick e Graham, *População*, 137. Para a segunda metade do XIX as estimativas definitivas dessa imigração de retorno variam entre 20% e 30%. E as estatísticas portuguesas indicam que entre 1936 e 1965 o equivalente a 17% dos que emigraram, retornou a Portugal. Mortara sugere que a taxa de retorno do Brasil para Portugal foi inferior a 30%. (cf. Klein, "Integração social e econômica," 32). Cf. tb. Miguel Monteiro, *Migrantes, emigrantes e Brasileiros (1834-1926)* (Fafe: NEPS/IBIT/IESF, 2000), parte V.

⁴⁹ Esta explicação, porém, parece satisfatória apenas para o período relativo ao século XIX, e assim mesmo para uma parcela pequena desses imigrantes. Segundo este autor, após a independência, os portugueses proprietários (fazendeiros e senhores de engenho) do novo império tiveram que brasilianizar-se, a fim de assumir plenamente os direitos políticos. Os que tinham comércio, negócios de importação e distribuição de importados tomaram atitude oposta, pois continuavam submetidos a casas comerciais do Porto e de Lisboa. Ainda segundo o autor, se estes comerciantes tivessem filhos os juizes de orfãos do Brasil incorporavam os bens sob a guarda dos pais à herança do menor e por isso recebiam ordens da matriz de não se casarem nem ter filhos com brasileira. Esses comerciantes eram assim forçados ao celibato ou optavam por casar em sua terra. Só mais tarde quando os tratados internacionais sobre as heranças dos estrangeiros forma completados e consolidados mudou o comportamento (cf. Luis F. Alencastro *et al.*, "Caras e modos dos migrantes e imigrantes," in Luis F. Alencastro, org., *História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), 306 -7).

um outro mais conjuntural. Não por acaso se localiza nos primeiros anos do século XX a ascensão da emigração em Portugal e imigração para o Brasil, chegando a seu ápice por volta de 1910-15 (lembremos: Camilo migrou em 1910, seu irmão alguns anos depois e Adriano, ao que tudo indica, por esta mesma época).⁵⁰

O segundo aspecto se refere à manutenção dos laços com a terra natal, constantemente referida pelos estudiosos e traduzida na remessa de dinheiro, nas visitas para rever parentes e arranjar esposa. Da história aqui relatada o que temos, de fato, é a descrição de um lento processo—de meio século—de migração familiar definitiva: o primeiro descendente de Antônio Joaquim Corte Real a deixar definitivamente Portugal (Camilo Augusto) o fez em 1910; o último (Rosa Adelaide) por volta de 1960. E para quem acompanhou atentamente esta história talvez seja possível vislumbrar que por todo esse tempo eles mantiveram interesses econômicos e afetivos dos dois lados do Atlântico, e que a decisão em favor do Brasil foi sendo gestada ao longo das conjunturas mais ou menos favoráveis nos dois países e de acordo ao melhor ou pior desempenho dos membros familiares aqui e lá.

Os baixos índices de naturalização entre os portugueses (em relação as de outras nacionalidades), talvez sejam uma expressão—discreta, por certo—dessa postura frente à imigração. Para o ano de 1940, por exemplo, o percentual de naturalizados brasileiros entre os imigrantes portugueses era de cerca de 7.0% no Brasil, e de quase 6.0% no Estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, estas taxas eram de 8.0% entre os estrangeiros oriundos de Espanha e Andorra, de 10,0% e 8,0% entre os alemães, e de 12,0% e 8,0% entre os oriundos de Itália, Vaticano e San Marino.⁵¹

A existência de um padrão transitório de migração de retorno bem como o cálculo de entrada de poupança do Brasil em direção a Portugal podem ser a expressão estatística de uma prática emigratória que se constituía como estratégia parental—e não individual—visando a ascensão social, pois que não significava o rompimento dos laços econômicos e afetivos entre os parentes de um e do outro lado do Atlântico. E a forma pela qual esta estratégia se concretizou entre os Quadros ajuda-nos a compreender o padrão imigratório português no Brasil, majoritariamente composto por homens, jovens, solteiros, estabelecidos no meio urbano e apresentando expressivas taxas de endogamia matrimonial. Parece haver um comportamento modelo: remetia-se os jovens como uma espécie de tentáculos de ação familiar em novo terreno a ser explorado. Como não tinham experiência rural (seus pais não haviam herdado terras, e a maioria declarava profissão urbana), teriam mais chances nas grandes cidades. Uma vez que a experiência da emigração não significava o fim dos compromissos com a família e dos laços com sua terra, boa parte deles tinha uma relação muito objetiva com a sociedade e o país em que se estabeleceram: era um campo de possibilidades econômicas. Daí que sua socialização (sobretudo a escolha da esposa) continuasse a ter Portugal por referência.

⁵⁰ Klein, "Integração social e econômica," 18.

⁵¹ Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *População do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Cide, s/d), *passim* (CDROM).

Ocorre que poucos desses jovens conseguiram reproduzir o modelo de forma completa, embora Avelino, Adriano e Ramiro tenham chegado perto. O primeiro, a despeito de seu definitivo estabelecimento no Rio, manteve fortes laços com Portugal e inclusive escolheu sua esposa no interior de uma família de Aveiro (o que pressupõe um contato sistemático com o país). A biografia de Adriano explicita uma visão da emigração claramente objetivada na busca de ascensão social e posterior retorno. E mesmo Ramiro, um brasileiro descendente de imigrantes portugueses, durante toda sua vida oscilou entre os dois mundos.

Camilo foi quem mais se afastou do modelo. E a razão disso pode ter estado na profissão que escolheu exercer no Rio, cujo cotidiano tornava mais frouxos seus laços com os parentes comerciantes e, por conseqüência, com Portugal. Dessa forma, ainda que autores como Hebert Klein possam ter razão ao creditarem a endogamia e o isolamento do grupo aos problemas específicos de integração social com a população autóctone, muito provavelmente teria mais peso o tipo de ligação com a parentela, este sim determinante do grau de integração com a população brasileira. Assim, pode-se imaginar que a falta de entrosamento de Camilo com o tio que o trouxera de Portugal fez com que o garoto se afastasse da teia da parentela e se abrisse para o meio social à sua volta. Resultado: esposa brasileira, amigos brasileiros, muitos deles negros, maior ligação com a família da esposa e com o Brasil.⁵²

Saliente-se ainda um último aspecto da lógica imigracionista portuguesa, a partir do significado da afirmação de Dona Adriana de que “os de Silva Escura migravam para o Brasil porque a viagem para a África era mais cara.” Ora, tal afirmação remete à idéia de que as opções eram as colônias ou as ex-colônias—indício de uma mentalidade e de uma tradição ainda calcadas na relação colonial. Tal aspecto da lógica imigracionista portuguesa parece ter-se rompido muito tarde, somente após a Segunda Guerra Mundial, quando da “emergência de outros países americanos concorrentes, de uma importante corrente emigratória para a África do Sul e, sobretudo, a enorme atração da Europa para emigrantes ilegais na década de 1960.”⁵³ Por alguma razão, após este período, o idioma comum, os vínculos históricos entre ex-metrópole e ex-colônia, as complexas e duradouras relações econômicas e a existência de uma grande população de portugueses e descendentes na comunidade local deixaram de determinar a opção pelo Brasil.

A história de Camilo e de seus parentes é esclarecedora, pois que deixa vislumbrar uma lógica para o movimento migratório nesse período, a qual poderia ser estendida à história da imigração de outros grupos étnicos e nacionais, ainda que, nesse processo, diferentes estratégias tenham sido por eles acionadas. E a trajetória de uma família de imigrantes germânicos estabelecidos em Curitiba (PR) pode ajudar a esclarecer o que se quer salientar.

⁵² Não por acaso em carta à esposa ele comenta sobre como seu irmão Avelino vinha tendo uma postura correta para com ele e pedia que ela fizesse “o sacrifício” de ir lá com a filha num domingo, pois que o irmão ficaria contente. Se Rosalina não quisesse ir, que ao menos mandasse a menina. Daí porque, igualmente, a falta de entusiasmo de Camilo com a idéia de voltar a viver em sua aldeia em Portugal.

⁵³ Klein, “Integração social e econômica,” 19.

Christian Strobel e Christine, sua esposa, e os filhos pequenos Emilie Bertha, Gustav Hermann e Emil Robert deixaram a pequena cidade de Glachau, na Saxônia, em 1854. Viajaram com um grupo de aproximadamente 30 conterrâneos, em sua maior parte ligados a famílias nucleares. Seguiram para Hamburgo e lá embarcaram num veleiro em direção ao Brasil. Vinham com destino certo: a colônia Dona Francisca, em Santa Catarina.⁵⁴ Pouco depois da chegada, porém, Christian foi tentar melhor sorte em Curitiba, e após alguns meses trouxe a família. O casal teve mais três filhas (Marie, Anna e Fanni) e, trabalhando como carpinteiro, aos poucos Christian alçou-se a uma situação econômica confortável, inclusive adquirindo uma chácara nos arredores de Curitiba. Já na maturidade, seu filho Gustav Hermann relatou em livro a vida do pai, a experiência da emigração e os primeiros anos da família no Brasil.⁵⁵

Nessas memórias Gustav tece detalhes acerca do cotidiano familiar, sem que haja qualquer referência à vinda de outros parentes para o Brasil, ou de qualquer contato mesmo que de natureza econômica com os que ficaram na Alemanha.⁵⁶ As entrevistas realizadas com alguns de seus descendentes, a fim de se construir a história da socialização dos filhos e netos de Christian Strobel por meio de dados sobre casamento e trabalho, tampouco revelaram ligações dessa natureza.⁵⁷ Ao que tudo indica, e ao contrário da experiência dos Quadros Corte Real, a imigração aparece, na história de Christian Strobel, como uma experiência restrita à família nuclear. A manutenção dos laços com a terra natal, a reprodução de sua cultura original e a endogamia étnica das uniões matrimoniais, também característicos dos imigrantes germânicos, decorreriam de um fluxo mais ou menos sistemático de entrada de pessoas que constantemente realimentavam o objetivo de recriação, na nova terra—e a partir dessas famílias— de um modo de vida comunitário e pré-industrial que se extinguia na terra natal. Já se observou que o ato de migrar nem sempre é rigorosamente compulsório, e que, especialmente no caso de muitos imigrantes alemães, o deslocamento se constituía numa estratégia de resistência à proletarização.

Trata-se, ao que tudo indica, de um modelo de socialização em muito decorrente de uma sistemática emigração de famílias nucleares, sem que estas pretendessem manter os vínculos com os parentes do país de origem. Se para os Quadros a vinda representou mudanças da história de toda a parentela e ampliou seu espaço de

⁵⁴ Atualmente a cidade de Joinville. Entre 1850 e 1888, cerca de 17500 imigrantes de língua germânica estabeleceram-se nesta colônia, trazidos pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

⁵⁵ Gustav Hermann Strobel, *Relatos de um pioneiro da imigração alemã* (Curitiba: IHGE Paranaense, 1987).

⁵⁶ Contudo, em nota o tradutor anotou que “Gustav Hermann Strobel realizou algumas viagens à Alemanha, sendo que em uma destas (1913), foi acompanhando seu filho Freidrich Alvin o qual, acometido por moléstia, foi em busca de tratamento e lá faleceu. Enquanto isto, eclodiu a Primeira Guerra Mundial, e o autor ficou retido na Alemanha devido ao fechamento das fronteiras.” Strobel, *Relatos de um pioneiro*, 141.

⁵⁷ Cacilda S. Machado, *De uma família imigrante: Sociabilidades e laços de parentesco* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998).

atuação econômica e afetiva, para os Strobel ela representou um recomeço—restrito, pois, apenas ao casal e a seus filhos. Estamos diante de dois casos paradigmáticos. De um lado, um grupo imigrante (alemão) oriundo de uma sociedade já moderna, fundamentada na família nuclear; de outro um grupo (português) originário de uma sociedade tradicional, fundamentada na família ampliada. Esta é também característica dos grupos imigrantes ucranianos que em finais do XIX instalaram-se no Paraná. Em estudo sobre esta população de origem camponesa, Andrezza detectou que seus componentes geralmente chegavam em grupos de famílias ampliadas, quase sempre de uma mesma aldeia, e aqui buscavam reproduzir a sociedade tradicional que pouco a pouco se extinguiu em seu país de origem.⁵⁸ Em suma, por meio de diferentes estratégias, nos três casos, para além da sobrevivência, a imigração funcionou como mecanismo de conservação cultural.

Por último, se o padrão comportamental dos portugueses no Brasil pôde, por gerações, distinguir este grupo dos demais, por certo este mesmo padrão contribuiu para a estruturação e a dinâmica de nossa miscigenação, que no lusitano encontrou o agente mais ativo dentre os povos europeus e asiáticos aqui estabelecidos. E para se refletir sobre este aspecto, o estudo realizado a partir dos registros de Inhaúma da primeira metade do XIX é igualmente esclarecedor.

Em função da longevidade e de sua importância em termos quantitativos, desde há muito a historiografia acentua que a exogamia matrimonial dos lusitanos no Brasil foi fundamental para desencadear o fenômeno da miscigenação entre nós. Tais afirmações recentemente foram reforçadas pelos resultados de um estudo genético com o DNA de brasileiros brancos, o qual revelou que a grande maioria das linhagens paternas dessa população veio da Europa, mais especificamente de Portugal.⁵⁹ Mas o caso de Inhaúma permite supor que, para que se efetivasse, tal padrão contou muito pouco com um suposto priapismo do homem lusitano. Já no início do século XIX, o imigrante português transitava por entre as mulheres lusitanas e brasileiras, por entre as livres e alforriadas, e por entre as brancas, pardas e negras, mas de modo mais regrado do que comumente se imagina. O fato de, ao desembarcar no Brasil, defrontar-se com uma base populacional maior e mais plenamente assentada do que em épocas anteriores permitia-lhe por em prática critérios de seletividade que exploravam o limite da disponibilidade matrimonial feminina—buscava portuguesas até onde estas lhe fossem disponíveis, partia para as brasileiras brancas descendentes de imigrantes lusos recentes, e, por fim, para as brasileiras brancas de longínqua ascendência lusitana.

Não se furtava a relacionar-se com mulheres de cor, com escravas e forras. Com algumas delas casava-se, com outras simplesmente se juntava. É lógico supor, além disso, que a abertura marital do homem português tornava-o pai dos filhos de algumas mulheres alforriadas que compareciam à igreja sem cônjuge declarado. Em qualquer circunstância, tratava-se de um encontro único este entre a manumissa e

⁵⁸ Maria Luíza Andrezza, *Paraíso das delícias: Um estudo da imigração ucraniana* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999), *passim*.

⁵⁹ Pena, “Retrato molecular do Brasil.”

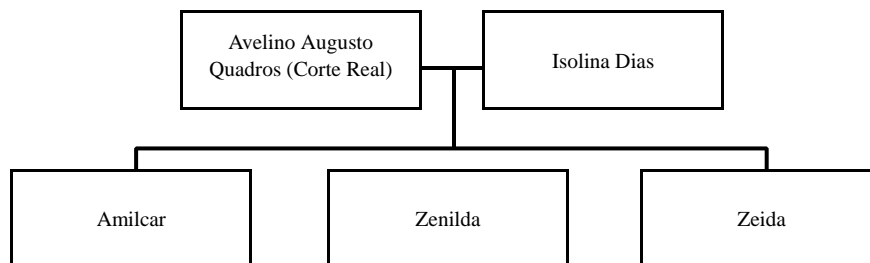
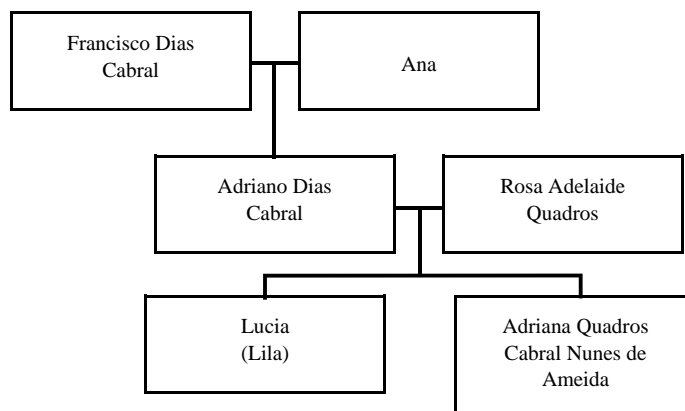
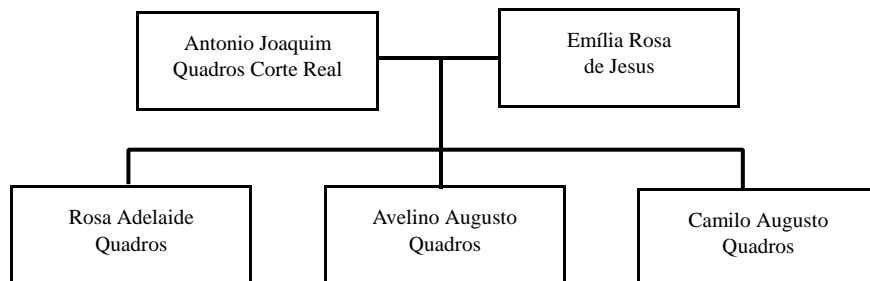
o português forçado a abrir-se em função da exiguidade de parceiras ao seu gosto. Tratava-se da mestiçagem em sua expressão mais contundente, pois, prisioneira de suas próprias idiossincrasias. Por isto mesmo as mulheres forras e os homens portugueses acabavam por transformar-se em meios de circulação e amálgama de práticas, de símbolos e de valores verdadeiramente brasileiros. E a lógica imigratória portuguesa, que se buscou aqui capturar a partir da experiência de imigrantes de um século depois, permite inferir que desse amálgama racial e cultural participaram sobretudo aqueles que por ausência, afrouxamento ou rompimento dos laços com a parentela e com o país de origem não puderam concretizar os objetivos que os impulsionaram para a aventura emigratória. E, muito provavelmente, isso ocorreu com mais frequência entre aqueles sem recursos para visitar os parentes de além-mar, sem propriedades a gerir ou heranças a receber na terra natal, sem empregos, propriedades ou relações no Brasil que pudessem servir de atrativo para a vinda dos seus.

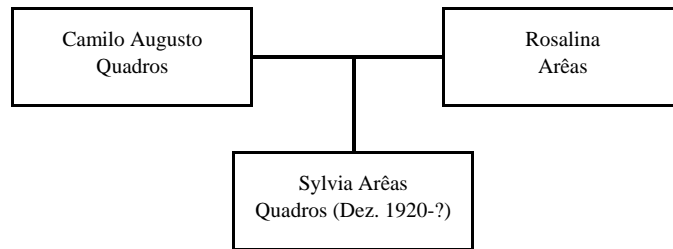
Anexos

A. Quadro sinóptico da trajetória de Camilo Augusto Quadros Corte Real

05.07.1895	Nascimento de Camilo Augusto Quadros Corte Real em Silva Escura (Conselho de Sever do Vouga), Distrito de Aveiro (Portugal)
c. 1910	Já está no Brasil, no Rio de Janeiro
Jan./1912	Tem emitida a sua Carteira de Identidade no Brasil.
11.10.1912	Tem emitida sua Carteira de Habilitação para conduzir automóvel de passeio. Profissão: <i>chauffeur</i>
26.01.1918	Casa-se com Rosalina Arêas, 20 anos, no Cartório França Júnior; são testemunhas Heitor Martins Arêas e Domingos Pepe. Consta que residia na Praça Duque de Caxias número 54.
Dez./1920	Nascimento da filha Sylvia
30.05.1921	Sylvia é vacinada contra varíola; no atestado consta que a família residia na rua Rozo, número 76
21.02.1923	Emissão de recibo do Sanatório São Sebastião (rua Bento Lisboa, 160), onde consta ter Rosalina estado ali internada entre 21.02 e 01.03 de 1923, quando foi submetida a uma operação
c. início de 1926	Camilo ainda é chauffeur, tendo sido eleito e empossado membro do Conselho Deliberativo da União Beneficente dos Chauffeurs do Rio de Janeiro (gestão março de 1926-outubro de 1927)
1926	Camilo vende a Herculano Machado um automóvel táxi Studbacker, com Herculano se comprometendo a guardar o carro na garagem cooperativa do Largo do Machado, número 27. Camilo também vende a Herculano um terreno na rua Cupertino número 76 (estação de Quintino Bocayúva)
1935	Emissão de Passaporte pelo Consulado português do Rio de Janeiro, onde consta que Camilo era comerciante. Troca várias cartas com sua irmã Rosa Adelaide Quadros Cabral, residente em Silva Escura (Portugal).
09.06.1935	Camilo chega a Aveiro
1935	Troca diversas cartas com a esposa e filha que ficaram no Brasil
26.08.1935	Falece Camilo, às 5 horas, em Silva Escura, na casa da irmã, depois de período de internação hospitalar. Tinha 40 anos de idade, e do atestado de óbito consta a profissão de motorista
02.09.1935	Publicação do aviso de missa de Sétimo Dia, no Rio de Janeiro

B. Genealogias (Fonte: Dona Adriana Quadros Cabral Nunes de Almeida, Rio de Janeiro, 13 de julho de 2000)





Abstract: A high rate of social mobility has traditionally allowed Brazilians to move across social strata, thus making them into conjoint factors of the ceaseless reproduction of the racial “melting pot.” For the same reason, however, and despite racial differences, Brazilians have engaged in a reaffirmation of social exclusion. The present study seeks to capture some aspects of this peculiar dynamic through an analysis of such issues in the context of nineteenth- and twentieth-century Rio de Janeiro. The basic sources are (a) *cartas de alforrias* from the city’s nineteenth-century parish registers, namely the baptisms of free persons in the Parish of Inhaúma—a body of nearly one thousand records documenting, in this rural community adjacent to the city, the presence of a significant freed population and of Portuguese migrants; and (b) interviews with Portuguese immigrants to Brazil. This material has made it possible to establish certain patterns that may be generalizable to other Brazilian regions. Furthermore, the study explores various factors that contribute to our understanding of the logic behind Portuguese emigration to Brazil, and establishes certain linkages between these mechanisms and the dynamics of Brazilian racial blending. (*Portuguese abstract at beginning of article, p. 58*). © 2002 Portuguese Studies Review. All rights reserved.